

**PL 316-2001**  
**JUSTIFICATIVA**

O artigo 6.º Da Constituição Federal prevê entre outros direitos sociais a segurança e a saúde.

Nesse contexto se insere como elemento fundamental a energia elétrica da qual tudo e todos dependem.

A construção de usinas hidrelétricas está na ordem do dia, com toda a prioridade, pois o país já vem sofrendo constantes cortes de energia devido à falta de capacidade de atendimento a uma demanda concentrada.

Exemplo disso são os dados fornecidos pela ANEEL Agência Nacional de Energia Elétrica que demonstram investimentos em seis hidrelétricas de grande porte, ainda em fase de construção, a saber: Rosal, Itá, Porto Primavera, Santa Branca, Manso e Salto Caxias.

Quando concluídas essas usinas irão agregar 482 mil MW (megawatts) à potência instalada no país que hoje é de 62,3 mil MW (megawatts).

Os governos estaduais também buscam incrementar as pequenas centrais hidrelétricas, incentivando igualmente a iniciativa privada a investir nesse segmento, até para se protegerem não só sob o ponto de vista econômico uma vez que isto poderá funcionar como defesa em uma possível pressão nos custos, como também pelo aspecto técnico, eis que, poderão ser minimizados os efeitos das constantes interrupções de fornecimento de energia pelo sistema interligado.

Uma produção interrompida pela falta de energia pode gerar consideráveis prejuízos materiais, tais como ociosidade de mão-de-obra, interrupção de todo sistema de computadores, perda de matéria prima, danos a máquinas e equipamentos.

A falta de energia por um só minuto, além das conseqüências sobre os segmentos da produção e serviços pode afetar de forma grave e irreversível as pessoas que naquele momento recebendo um tratamento para a saúde.

Os prejuízos materiais são indenizáveis e talvez até recuperáveis, mas o mesmo não acontece com a vida humana.

Basta imaginar quantas pessoas por dia são submetidas a intervenções cirúrgicas, sejam de pequeno, médio ou grande porte, em hospitais ou unidades médicas específicas da Secretaria Municipal de Saúde, além de casas de saúde, santas casas,

pronto socorros e etc., o que obviamente incide em risco de vida ou de grave seqüela pela falta de energia.

Em que condições podem os médicos dar continuidade a uma cesariana ou a uma outra intervenção cirúrgica sem que os equipamentos estejam funcionando?

Portanto, da mesma forma que os governos incentivam os empresários a investirem em fontes alternativas de geração de energia para minimizar ou evitar prejuízo; mormente a saúde merece atenção e deve também possuir fontes alternativas para suprimento em caso de falta de energia elétrica, em unidades que não possam ter a atividade interrompida sob pena de sacrifício de vidas humanas.